

PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 1

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		5.796.429,74	13.317.301,71	PASSIVO CIRCULANTE		5.591.049,70	898.139,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.796.429,74	13.317.301,71	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		222.309,40	164.614,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		5.796.429,74	13.317.301,71	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		222.309,40	164.614,11
CONTA ÚNICA	F	5.796.429,74	13.317.301,71	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	161.105,84	129.938,88
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	26.086,76	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	35.116,80	34.675,23
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		4.865.861,92	337.910,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		4.865.861,92	337.910,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	4.852.233,92	337.910,54
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	13.628,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		64.874.128,03	61.460.769,50	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		25.162,42	24.554,36
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		9.927.522,42	9.101.753,93	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		25.162,42	24.554,36
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		9.927.522,42	9.101.753,93	PIS/PASEP A RECOLHER	F	0,00	289,78
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	234.595,44	234.595,44	PIS/PASEP A RECOLHER	F	25.162,42	24.264,58
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	11.502.525,52	10.541.827,24	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-1.809.598,54	-1.674.668,75	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		477.715,96	371.060,72
IMOBILIZADO		54.946.605,61	52.359.015,57	VALORES RESTITUÍVEIS		328.143,38	371.060,72
BENS MÓVEIS		5.225.948,78	4.919.181,60	CONSIGNAÇÕES	F	327.943,18	370.860,52
BENS DE INFORMÁTICA	P	220.270,97	207.025,09	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	200,20	200,20
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	548.899,81	527.445,11	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		149.572,58	0,00
VEÍCULOS	P	1.570.824,11	1.317.824,11	CONVÊNIOS A PAGAR	F	65.000,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	77.853,35	61.452,35	Outras Obrigações a Curto Prazo	F	84.572,58	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	2.808.100,54	2.805.434,94	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		11.654.377,51	12.104.769,60
BENS IMÓVEIS		61.687.449,23	53.035.691,17	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		3.313.390,52	3.763.782,61
INSTALAÇÕES	P	1.782.497,18	1.782.497,18	PESSOAL A PAGAR		1.262.662,07	1.641.563,16
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	3.146.902,60	2.472.274,33	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	P	1.262.662,07	1.641.563,16
BENS DE USO ESPECIAL	P	1.020.041,13	810.041,13	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		2.050.728,45	2.122.219,45
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	55.738.008,32	47.970.878,53	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	2.050.728,45	2.122.219,45
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-11.966.792,40	-5.595.857,20	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		8.000.000,00	8.000.000,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-3.024.891,59	-2.822.701,31	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		8.000.000,00	8.000.000,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-8.941.900,81	-2.773.155,89	OUTROS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	P	8.000.000,00	8.000.000,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		340.986,99	340.986,99
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		70.670.557,77	74.778.071,21				



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO		340.986,99	340.986,99
				PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	P	340.986,99	340.986,99
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
				PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
				RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
				TOTAL PASSIVO		17.245.427,21	13.002.909,33
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.425.130,56	61.775.161,88				
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00				
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00				
RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00				
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00				
RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00				
DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00				
RESULTADOS ACUMULADOS		53.425.130,56	61.775.161,88				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		53.425.130,56	61.775.161,88				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-8.350.031,32	625.332,61				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		61.775.161,88	61.149.829,27				
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00				
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.425.130,56	61.775.161,88				
TOTAL		70.670.557,77	74.778.071,21				

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE
 PREFEITO

Documento Assinado Digitalmente por: ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesso em: https://eic.ice.pe.gov.br/ep/validarDoc?seam=Ediçao do documento: 1a2793e8-5192-4eac-97f7-6baa2d330b6e



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		5.796.429,74	13.317.301,71	PASSIVO FINANCEIRO (5.591.049,70)+RP não Proc.(72.504,30)		5.663.554,00	1.496.177,64
ATIVO PERMANENTE		64.874.128,03	61.460.769,50	PASSIVO PERMANENTE		11.654.377,51	12.104.769,60
				SALDO PATRIMONIAL		53.352.626,26	61.177.123,97

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19

ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE
PREFEITO
CPF.: 027.702.354-86



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		7.019.216,50	3.983.179,21
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		7.019.216,50	3.983.179,21
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		7.019.216,50	3.983.179,21

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE
 PREFEITO
 CPF.: 027.702.354-86



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2023

Dezembro(31/12/2023)

Pág.: 1

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		5.796.429,74	13.317.301,71	PASSIVO CIRCULANTE		5.591.049,70	898.139,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.796.429,74	13.317.301,71	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		222.309,40	164.614,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		5.796.429,74	13.317.301,71	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		222.309,40	164.614,11
CONTA ÚNICA		5.796.429,74	13.317.301,71	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		161.105,84	129.938,88
TOTAL		5.796.429,74	13.317.301,71	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		26.086,76	0,00
				CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		35.116,80	34.675,23
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		4.865.861,92	337.910,54
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		4.865.861,92	337.910,54
				FORNECEDORES NACIONAIS		4.852.233,92	337.910,54
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		13.628,00	0,00
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		25.162,42	24.554,36
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		25.162,42	24.554,36
				PIS/PASEP A RECOLHER		0,00	289,78
				PIS/PASEP A RECOLHER		25.162,42	24.264,58
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		477.715,96	371.060,72
				VALORES RESTITUÍVEIS		328.143,38	371.060,72
				CONSIGNAÇÕES		327.943,18	370.860,52
				DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS		200,20	200,20
				OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		149.572,58	0,00
				Outras Obrigações a Curto Prazo		84.572,58	0,00
				CONVÊNIOS A PAGAR		65.000,00	0,00
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		72.504,30	598.037,91
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		72.504,30	598.037,91
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		72.504,30	136.362,56
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		72.504,30	136.362,56
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	461.675,35
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	461.675,35
				TOTAL		5.663.554,00	1.496.177,64

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE

PREFEITO

CPF.: 027.702.354-86

Documento Assinado Digitalmente por: ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

Assesse em: https://eic.ice.pe.gov.br/ep/va/idaDoc_scam Código do documento: 1a2793e8-5192-4eac-97f7-6baa2d330b6e



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2023

Dezembro(31/12/2023)

Pág.: 1

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		64.874.128,03	61.460.769,50	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		11.654.377,51	12.104.769,60
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		9.927.522,42	9.101.753,93	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		3.313.390,52	3.763.782,61
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		9.927.522,42	9.101.753,93	PESSOAL A PAGAR		1.262.662,07	1.641.563,16
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		11.502.525,52	10.541.827,24	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO		1.262.662,07	1.641.563,16
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		234.595,44	234.595,44	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		2.050.728,45	2.122.219,45
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO		-1.809.598,54	-1.674.668,75	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		2.050.728,45	2.122.219,45
IMOBILIZADO		54.946.605,61	52.359.015,57	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		8.000.000,00	8.000.000,00
BENS MÓVEIS		5.225.948,78	4.919.181,60	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		8.000.000,00	8.000.000,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		77.853,35	61.452,35	OUTROS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		8.000.000,00	8.000.000,00
BENS DE INFORMÁTICA		220.270,97	207.025,09	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		340.986,99	340.986,99
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		548.899,81	527.445,11	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZ		340.986,99	340.986,99
VEÍCULOS		1.570.824,11	1.317.824,11	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO		340.986,99	340.986,99
DEMAIS BENS MÓVEIS		2.808.100,54	2.805.434,94	TOTAL		11.654.377,51	12.104.769,60
BENS IMÓVEIS		61.687.449,23	53.035.691,17				
BENS DE USO ESPECIAL		1.020.041,13	810.041,13				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		3.146.902,60	2.472.274,33				
INSTALAÇÕES		1.782.497,18	1.782.497,18				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		55.738.008,32	47.970.878,53				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-11.966.792,40	-5.595.857,20				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-3.024.891,59	-2.822.701,31				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-8.941.900,81	-2.773.155,89				
TOTAL		64.874.128,03	61.460.769,50				

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19

ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE
PREFEITO
CPF.: 027.702.354-88



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro (31/12/2023)

Pág.: 1

Exercício de 2023

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	132.875,74	11.821.124,07
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	132.875,74	11.821.124,07
TOTAL		132.875,74	11.821.124,07

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE

PREFEITO

CPF.: 027.702.354-86

Documento Assinado Digitalmente por: ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 1a2793e8-5192-4eac-97f7-6baa2d330b6e





APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O resultado patrimonial foi de R\$ 53.425.130,56 (superavitário). Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final do balanço patrimonial, no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro, o valor total de R\$ 132.875,74 (positivo), os quais serão detalhados nas notas explicativas.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.



a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1.Nome do órgão ou entidade:

Município de Afogados da Ingazeira

a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB):

124-4 – Município

a.3.CNPJ:

10.346.096/0001-06

a.4.Domicílio do órgão ou entidade:

Praça Mons Arruda Câmara, 20, Centro, Afogados da Ingazeira – PE, CEP.: 56.800,00

a.5.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

A Prefeitura Municipal concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura constam secretarias, departamentos. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira – PE.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:



b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração que as opções e premissas da legislação afetam a contabilidade aplicada ao setor público.

b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023.

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Notas Explicativas (De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023).

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio.

Durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 442 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.



As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3.Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.



Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo



Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.



Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.



Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:



A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

ATIVO CIRCULANTE (NOTA 1)		5.796.429,74	13.317.301,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (NOTA 2)		5.796.429,74	13.317.301,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		5.796.429,74	13.317.301,71
CONTA ÚNICA	F	5.796.429,74	13.317.301,71
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (NOTA 3)		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 5.796.429,74, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas no exercício somam R\$ 5.796.429,74.

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber de Entidades Federais	0,00	P
Subtotal	0,00	P
TOTAL	0,00	



ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 4)	64.874.128,03	61.460.769,50
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (NOTA 5)	9.927.522,42	9.101.753,93
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	9.927.522,42	9.101.753,93
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P 234.595,44	234.595,44
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P 11.502.525,52	10.541.827,24
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P -1.809.598,54	-1.674.668,75
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
IMOBILIZADO (NOTA 6)	54.946.605,61	52.359.015,57
BENS MÓVEIS	5.225.948,78	4.919.181,60
BENS DE INFORMÁTICA	P 220.270,97	207.025,09
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 548.899,81	527.445,11
VEÍCULOS	P 1.570.824,11	1.317.824,11
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 77.853,35	61.452,35
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 2.808.100,54	2.805.434,94
BENS IMÓVEIS	61.687.449,23	53.035.691,17
INSTALAÇÕES	P 1.782.497,18	1.782.497,18
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P 3.146.902,60	2.472.274,33
BENS DE USO ESPECIAL	P 1.020.041,13	810.041,13
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 55.738.008,32	47.970.878,53
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-11.966.792,40	-5.595.857,20
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P -3.024.891,59	-2.822.701,31
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P -8.941.900,81	-2.773.155,89
INTANGÍVEL	0,00	0,00
DIFERIDO	0,00	0,00

Nota 4) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível totalizam R\$ 64.874.128,03.

Nota 5) ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 9.927.522,42, corresponde a R\$ 11.502.525,52 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 234.595,44 da Dívida Ativa Não Tributária, abatido o valor de R\$ 1.809.598,54, relativo ao ajuste para perdas. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real. Obs.: Foram considerados os apurados em 2021, 2022 e o apurado em 2023. A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos percentuais de inadimplência com relação aos montantes inscritos no exercício. A constituição da perda estimada é realizada anualmente sendo ajustada à medida que fatos relevantes aconteçam.

Nota 6) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 54.946.605,61.

**DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Descrição	Valor (R\$)	
	2023	2022
Bens móveis	5.225.948,78	4.919.181,60
Bens imóveis	61.687.449,23	53.035.691,17
Depreciação/amortização/exaustão acumulada	-11.966.792,40	-5.595.857,20
Total	54.946.605,61	52.359.015,57



PASSIVO CIRCULANTE		5.591.049,70	898.139,73
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		222.309,40	164.614,11
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR (NOTA 8)		222.309,40	164.614,11
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	161.105,84	129.938,88
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	26.086,76	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	35.116,80	34.675,23
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		4.865.861,92	337.910,54
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO (NOTA 9)		4.865.861,92	337.910,54
FORNECEDORES NACIONAIS	F	4.852.233,92	337.910,54
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	13.628,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		25.162,42	24.554,36
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO (NOTA 10)		25.162,42	24.554,36
PIS/PASEP A RECOLHER	F	0,00	289,78
PIS/PASEP A RECOLHER	F	25.162,42	24.264,58
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		477.715,96	371.060,72
VALORES RESTITUÍVEIS (NOTA 11)		328.143,38	371.060,72
CONSIGNAÇÕES	F	327.943,18	370.860,52
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	200,20	200,20
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		149.572,58	0,00
CONVÊNIO A PAGAR	F	65.000,00	0,00
Outras Obrigações a Curto Prazo	F	84.572,58	0,00

Nota 7) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 5.591.049,70.

Nota 8) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O saldo da conta Encargos Sociais a Pagar, registrou em 31/12/2023, um montante de R\$ 222.309,40.

Nota 9) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO: O saldo das contas Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar Credores Nacionais, registraram em 31/12/2023, um montante de R\$ 4.865.861,92.

Nota 10) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO: O saldo da conta Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União, registrou em 31/12/2023, um montante de R\$ 25.162,42.

Nota 11) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 477.715,96. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se no demonstrado de forma analítica no Demonstrativo da Dívida Flutuante.



PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (NOTA 12)	11.654.377,51	12.104.769,60
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO PESSOAL A PAGAR	3.313.390,52	3.763.782,61
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	1.262.662,07	1.641.563,16
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.050.728,45	2.122.219,45
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	2.050.728,45	2.122.219,45
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	8.000.000,00	8.000.000,00
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	8.000.000,00	8.000.000,00
OUTROS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	8.000.000,00	8.000.000,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	340.986,99	340.986,99
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO	340.986,99	340.986,99
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	340.986,99	340.986,99
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00

Nota 12) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 11.654.377,51, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 13)		53.425.130,56	61.775.161,88
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		53.425.130,56	61.775.161,88
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		53.425.130,56	61.775.161,88
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-8.350.031,32	625.332,61
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		61.775.161,88	61.149.829,27
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00

NOTA 13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 53.425.130,56. A seguir detalharemos o resultado:

**DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	61.775.161,88
Resultado do Exercício	-8.350.031,32
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.425.130,56

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 14)		5.796.429,74	13.317.301,71	PASSIVO FINANCEIRO (5.591.049,70)+RP não Proc.(72.504,30) (NOTA 16)		5.663.554,00	1.466.177,64
ATIVO PERMANENTE (NOTA 15)		64.874.128,03	61.460.769,50	PASSIVO PERMANENTE (NOTA 17)		11.654.377,51	12.104.769,60
				SALDO PATRIMONIAL (NOTA 18)		53.352.626,26	61.177.123,97

Nota 14) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 5.796.429,74.



Nota 15) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 64.874.128,03.

Nota 16) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 5.591.049,70, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 72.504,30 perfazem o total de R\$ 5.663.554,00.

Nota 17) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 11.654.377,51.

Nota 18) SALDO PATRIMONIAL: O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 53.352.626,26, superavitário.

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO (NOTA 16)		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO (NOTA 16)		7.019.216,50	3.983.179,21
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		7.019.216,50	3.983.179,21
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		7.019.216,50	3.983.179,21

Nota 16) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS: Os atos potenciais ativos ao final do exercício totalizaram R\$ 0,00. O valor do saldo dos atos potenciais passivos foi de R\$ 7.019.216,50. Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturados no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64): O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 132.875,74, (superavitário).

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoureiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:



Não houve registro de passivos contingentes.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da entidade.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00

(Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.)

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00

(Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.)

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 216/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não



circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve no exercício bens recebidos por doação.

h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Não houve perda de bens por inservibilidade.



h.8.Relatório de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.9.Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.10.Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.

h.11.Informações adicionais (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 9ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC TSP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.



h. 20. Passivos Perdoados (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC TSP 01 – Item 107):

Não houve registro para esta entidade.

h. 22. Ativos Contingentes (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

Não houve registro para esta entidade.

h. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades abaixo de 50.000 habitantes.

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP- evolução
I- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015) - Dívida Ativa e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017- Créditos a receber (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019- Ativos contingentes;	Implantado
	A partir de 01/01/2020- Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários); e Créditos previdenciários por competência , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Implantado
II- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015) - Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - Obrigações com fornecedores por competência.	Implantado



	A partir de 01/01/2019 - Passivos contingentes; Provisões por competência; e Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Implantado
III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Implantado
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Implantado
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019- Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura).	Implantado